BOLETIM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA

Nº 04 | **DATA:** NOVEMBRO DE 2026 | **PRODUÇÃO:** INTELIGÊNCIA SINDICAL

VITÓRIA DE LULA E O INTERREGNO BRASILEIRO

POR PEDRO OTONI

1. A reeleição de Lula, no segundo turno de 25 de outubro, é o acontecimento mais relevante da conjuntura e cria um novo momento na disputa política no Brasil. Lula reverteu o resultado do primeiro turno, em que ficou atrás de Flávio Bolsonaro (45,16% a 47,03%), e venceu com 51,79% dos votos válidos, uma virada inédita desde a redemocratização. A vitória do campo democrático altera, no imediato, a correlação de forças da polarização político-ideológica: a extrema direita foi derrotada nas urnas e seus arranjos internos sofrerão alterações substantivas, com o enfraquecimento do núcleo familiar bolsonarista, evidente na contestação do resultado e na ida de Flávio aos Estados Unidos.

2. Mas a derrota eleitoral não é a derrota do campo: o PL elegeu as maiores bancadas da Câmara e do Senado, e o governo reeleito terá um Congresso mais conservador. Nossa tese é que a vitória é defensiva e condicional: derrota o projeto autoritário na disputa pelo Executivo, mas não encerra a instabilidade política brasileira, mas a coloca em uma nova fase.

3. Para demonstrá-lo, enfrentamos duas perguntas: como a vitória se localiza no sistema de contradições que dá forma à conjuntura mundial, e como ela influencia, no Brasil, o desenvolvimento das contradições na dimensão nacional. A história se move de maneira bastante intensa; analisar e agir é o imperativo do nosso tempo imediato.

1. A VITÓRIA DE LULA E O CONTEXTO INTERNACIONAL

1.1. Articulação entre estrutura e seus efeitos na conjuntura atual

4. A primeira pergunta que devemos enfrentar é: como a vitória de Lula se localiza no sistema de contradições que dá forma à conjuntura mundial?

5. Para respondê-la é preciso considerar duas crises em desenvolvimento, simultâneas, complementares e distintas: a crise de hegemonia ideológico-política do neoliberalismo e a crise de hegemonia geopolítica dos EUA. Como método, separamos a estrutura de seus efeitos. As duas crises são estruturais, pois afetam a reprodução do sistema capitalista e a distribuição de poder no nível mundial, e por isso seu ritmo se desenvolve de maneira lenta e alargada no tempo. Seus efeitos são a instabilidade política, econômica, militar e diplomática vivida tanto na dimensão geopolítica, quanto na dimensão nacional dos países ocidentais.

6. Ao articular a estrutura e os efeitos das crises, podemos estabelecer uma chave de leitura para os acontecimentos, atores e a correlação de forças no nível conjuntural, e construir um significado para a vitória de Lula no Brasil. Essas crises se expressam por meio da contradição principal na dimensão geopolítica: a tensão entre o imperialismo e a soberania. Essa contradição geopolítica por sua vez condiciona a luta de classes no interior de diferentes países e no Brasil, se apresenta por meio de uma outra contradição: a democracia versus o autoritarismo.

7. No caso da América Latina, não é possível desvincular a ascensão da extrema direita com a crise de hegemonia do neoliberalismo e muito menos com as novas demandas de dominação imperialistas para a região. O "Consenso de Washington", o programa neoliberal para as nações periféricas, não encontram mais na região atores políticos viáveis para defendê-lo no interior de um regime democrático liberal - exemplo disso é o caso do PSDB no Brasil, que passou de um partido dirigente para uma organização marginal no cenário político. A agenda neoliberal, no momento

atual, só pode se reproduzir contestando a ordem democrática, uma vez que o resultado das políticas de "estado mínimo" já são percebidas pelas massas de eleitores, que não escolherão projetos políticos neoliberais com a mesma embalagem tecnocrática de antes. Mudam o foco da economia para os costumes, para a segurança, para o combate às minorias. Logo, políticas neoliberais precisam ser transvestidas, precisam ter alguma dose de contestação, precisam mobilizar o descontentamento, inclusive implodindo os próprios regimes democráticos.

8. Já o imperialismo estadunidense, diante da ascensão de potências regionais como China e Rússia, e articulações internacionais como o BRICS, não pode seguir dominando a América Latina utilizando das relações comerciais e a diplomacia. Isso porque economicamente os EUA não é mais o polo industrial de antes, lugar que foi ocupado pela China, que do ponto de vista comercial é um ator muito mais relevante para as nações latino-americanas. Como já expresso Nova Estratégia de Segurança Nacional[1], elaborada por Donald Trump, a prioridade da Casa Branca é restringir as relações entre a América Latina e a China, essa "restrição" implica em adotar medidas como a diplomacia coercitiva, intervenção militar, intervenção digital, ingerência eleitoral, sanções econômicas e outros métodos de desestabilização de regimes e governos que assuma algum nível de oposição à subordinação completa. Isso explica, por exemplo, a relação carnal entre a extrema direita brasileira e a administração Trump.

9. Diante do exposto, no Brasil, a contradição entre democracia e autoritarismo expressa as duas crises expostas, e isso confere um significado extraordinário para a reeleição de Lula. Nossa hipótese é que a vitória de Lula é um acontecimento no plano dos efeitos: preserva o Brasil no campo soberano do Sul Global, e altera a correlação de forças imediata na América Latina, mas não tem a escala e força necessárias para alterar o aspecto principal da contradição mundial nem as crises estruturais que a alimentam. No entanto, mesmo que na dimensão dos efeitos, essa vitória condiciona conjunturalmente a margem de manobra do imperialismo no continente e fortalece a multipolaridade, em especial no campo do BRICS. Deste modo, o Brasil seguirá sob forte pressão estadunidense, o que exigirá uma condução política pautada na defesa intransigente da soberania

nacional, único recurso capaz de garantir que a superação do interregno brasileiro[2], não reproduza o processo de subordinação ainda mais profunda em relação às potências estrangeiras.

10. Nos próximos tópicos, serão aprofundados os elementos estruturais que colaboram para a hipótese levantada anteriormente.

[1] *A Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dos Estados Unidos é o documento oficial que define a doutrina de política externa e de defesa do país, orientando o direcionamento das Forças Armadas e as relações diplomáticas de Washington em escala global. No segundo mandato do governo de Donald Trump, essa estratégia foi reformulada com foco na América Latina, por meio do renascimento da Doutrina Monroe (que visa conter a influência de potências rivais no continente), no combate direto ao narcotráfico por meio de sanções e força letal, e na redução do engajamento financeiro e militar com a segurança tradicional da Europa e do Oriente Médio, priorizando a segurança interna e a competição econômica com a China. Documento divulgado pela Casa Branca em 5 de dezembro de 2025.*

[2] *Chamamos de interregno brasileiro o período em que o regime político da Nova República entrou em colapso e um novo arranjo institucional, capaz de coordenar de forma estável os atores políticos, ainda não se constituiu. O termo vem de Gramsci: nos períodos de crise de regime, o "velho" perde a capacidade dirigente, o "novo" ainda não nasceu e surgem "sintomas mórbidos" (polarização, instabilidade, excepcionalismos). O fim da Nova República é entendido como um processo em quatro tempos. Ela nasceu de um pacto de saída da ditadura, em que o regime estabeleceu seus próprios termos de encerramento, e a Constituição de 1988 foi, ao mesmo tempo, um avanço para os de baixo e uma solução conservadora para os de cima. Amadureceu de forma precoce quando o neoliberalismo, institucionalizado a partir dos anos 1990, esvaziou sua energia reformista e subordinou o projeto de bem-estar da Constituição à austeridade. Entrou em colapso a partir das Jornadas de Junho de 2013, da recusa de Aécio Neves (PSDB) em reconhecer o resultado de 2014 e do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, quando os principais atores deixaram de aceitar as regras da competição. Desde então, as eleições continuam, mas a aceitação dos resultados é condicional, as instituições têm sua autoridade permanentemente contestada e a disputa se aproxima de uma lógica de soma zero. Ver OTONI, Pedro H. Brasil em interregno: do colapso da Nova República ao teste decisivo de 2026. Boletim Especial de Conjuntura, 2026; e Interregno brasileiro: estrutura e seus efeitos (versão provisória, 2026); GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Caderno 3, §34.*

1.2 Crise de hegemonia da ideologia neoliberal

11. O neoliberalismo é a fase atual do capitalismo financeiro, iniciada nos anos 1980, que reorganizou as classes dominantes dos países centrais ocidentais tendo o capital financeiro especulativo como fração dirigente do novo bloco histórico. A economia produtiva perdeu espaço para a especulação e o Estado foi reconfigurado: reduziu suas funções sociais e de indução do desenvolvimento e ampliou seu papel como garantidor, por vezes instrumento direto, da acumulação e da centralização de capital no setor bancário. A nova ideologia influenciou também as organizações de esquerda, algumas das quais assumiram seu referencial e sua gramática. Décadas depois, as contradições distributivas se acumularam e transbordaram da economia para a política. O neoliberalismo, em seu

estado senil, é a causa da crise atual; a extrema direita é um de seus efeitos políticos. É nesse terreno que a vitória de Lula precisa ser lida: conserva-se a dominância do neoliberalismo nas políticas econômicas, mas já não se conserva o consenso social que a sustentava.

12. Se verdade que o neoliberalismo conserva sua posição dominante nas políticas econômicas e na organização dos Estados do mundo ocidental, é igualmente verdadeiro que perdeu a capacidade de produzir consenso social. A concentração da riqueza, a deterioração dos direitos sociais e a precarização do trabalho corroem sua legitimidade. Na fase atual, temos uma atualização do arranjo interno do bloco dominante em escala mundial, com a associação entre capital financeiro e grandes empresas de tecnologia (big techs). Essa atualização é de grande relevância, pois modifica os modos de dominação clássicos. Se por um lado, a produção de tecnologia se torna também uma atividade especulativa, uma vez que o valor dessa empresas não são fixadas majoritariamente pelos seus lucros reais, mas sobretudo, pelas expectativas futuras negociadas nas bolsas de valores, criando uma "bolha" que em algum momento pode estourar. Deste modo, o capital financeiro ganhou mais um campo, o da tecnologia, para se expandir de maneira fictícia, ampliando sua distância com a economia material. Mas, essa associação produz um novo ganho para o processo de dominação, na medida em que as tecnologias digitais, em especial as plataformas proprietárias de redes sociais e de dados, podem atuar como instrumentos de dominação sem precedentes na história, atuando, por meio de algoritmos, a reprodução ideológica ganha a capilaridade celular, ou seja, o nível de precisão do processo de dominação atinge a dimensão individual, por meio do uso de aplicativos que coletam dados, sugerem conteúdos e direcionam a atenção de bilhões de usuários para temas e formas de explicação que são funcionais para a reprodução da dominação. Não é trivial a associação dos bilionários da tecnologia com ideais da extrema direita, com ações e discursos nitidamente vinculados ao fascismo e ao ultraliberalismo. Em síntese, o núcleo tecno-financeiro do capitalismo atual, conta hoje com um novo vetor de acumulação, a especulação do setor de tecnologia, ao mesmo tempo que construiu um mega- aparelho ideológico (plataformas digitais) que serve de instrumento de dominação ideológica em escala planetária. Porém, outra a novidade desta nova forma de dominação é que não se procura estabelecer consenso entre os dominados

em torno de uma ideologia particular, mas sobretudo estimular a polarização, o conflito e a desagregação social; os dominados não precisam estar de acordo com os dominadores, o principal ponto é estarem lutando entre si. Dominância sem consenso é, portanto, o estado em que se encontra a ordem neoliberal.

13. As frações de classe que dirigem e se beneficiam dessas políticas não estão dispostas a fazer concessões ao andar de baixo, e isso cria o centro do conflito distributivo do nosso tempo: amplia a instabilidade política e abre espaço para a contestação, que hoje, em linhas gerais, é mais bem aproveitada pela extrema direita.

14. É a partir desse estado que se deve medir o significado da vitória de Lula. No Brasil, a perda de consenso do neoliberalismo se converteu em uma maioria social antiliberal, que extrapola a polarização da política eleitoral. Os dados do Datafolha de junho (2026) mostram que, nos temas econômicos, 45% dos brasileiros se posicionam à esquerda e 28% à direita; 71% atribuem ao governo a responsabilidade de investir e fazer a economia crescer, e 56% defendem as leis trabalhistas como proteção a ser ampliada. A campanha confirmou o que as pesquisas indicavam. A candidatura de Flávio Bolsonaro chegou ao segundo turno com uma agenda de cortes (ele considerava mudar a correção de Previdência, saúde e educação para obter até R$ 250 bilhões) e de retomada de privatizações, e a abandonou publicamente ao longo da disputa: anunciou voto a favor da PEC do fim da escala 6x1 e passou a prometer proteção ao Bolsa Família. O programa neoliberal só conseguiu competir pelo voto ao se esconder, e essa é uma das explicações da derrota de Flávio e , ao mesmo tempo, um sintoma do desgaste da agenda neoliberal no país.

15. A comparação com 2002 mostra a mudança qualitativa neste sentido, que também fortalece a tese do desgaste do neoliberalismo. Naquele ano, sob completa hegemonia neoliberal, Lula redigiu, logo após a vitória, a Carta aos Brasileiros, endereçada ao setor financeiro, para “acalmar o mercado” e assumir compromissos com a agenda do setor financeiro, por temer fuga de capitais e um ataque direto ao governo nos primeiros dias. Em 2026 não houve documento semelhante: Lula criticou publicamente as políticas neoliberais. O mercado, como era de se esperar, reagiu mal (a Bolsa fechou

em queda de 14% e o dólar passou de R$ 5,60 no dia seguinte à eleição), mas a reação não alterou a leitura política da maioria do eleitorado. Isso não significa que o poder financeiro tenha desaparecido: sua dominância permanece, e o governo precisará disputar o controle da agenda econômica e social do país. A diferença é que em 2002 Lula pagou um pedágio público à Faria Lima, e em 2026, durante à disputa, à denunciou.

16. Duas ressalvas impedem que essa maioria eleitoral seja lida como mais do que é. A primeira é que uma maioria antiliberal não é uma maioria de esquerda. Na matriz ideológica do Datafolha de junho (2026), 44% dos brasileiros se situam na direita ou na centro-direita e 39% na esquerda ou na centro-esquerda, e nos temas de costumes a direita chega a 52%; a pesquisa do ICL/Ágora (dezembro de 2025) mostra que a direita brasileira é, sobretudo, vinculada a ideia de "ordem e autoridade" (30%), e não de liberalismo, os liberais somam apenas 4% da população de acordo com a pesquisa. É evidente a necessidade de uma leitura crítica sobre estes tipos de pesquisa, não explicam a totalidade, mas nos auxiliam a trazer mais elementos para a recomposição analítica da conjuntura.

17. O que vemos é que as noções de "proteção social" e "conservadorismo punitivo" convivem nas mesmas pessoas, e a própria campanha de Lula o reconheceu ao adotar o lema "para o povo trabalhador, proteção; para bandido, a prisão" e ao passar a defender a redução da maioridade penal para crimes hediondos.

18. A segunda ressalva indica que perder o consenso não é perder o poder: a dominância do neoliberalismo sobre a política econômica permanece, e o governo reeleito terá de disputar com ela o conteúdo e o ritmo do que pretende implantar, com um Congresso em que o PL fez as maiores bancadas. Há, portanto, uma maioria social contra as políticas neoliberais, mas sem veículo político que a organize, e é essa distância entre a maioria e o poder que o interregno brasileiro torna visível. Resta ver como o plano externo reforça ou reduz essa distância, e é a ele que passamos.

1.3 A Crise de hegemonia dos EUA

19. Soma-se à crise de hegemonia do neoliberalismo o declínio relativo da hegemonia estadunidense e a emergência de outros centros de poder, que alteram as condições da disputa internacional. Washington conserva enorme capacidade militar, econômica e tecnológica, mas enfrenta limites crescentes para impor unilateralmente seus interesses. A disputa se desloca, assim, para as normas regulatórias, as cadeias globais de valor, os padrões tecnológicos, a manutenção da hegemonia do dólar e o controle dos fluxos financeiros, tão relevantes quanto o conflito militar direto. Do outro lado não há um bloco homogêneo nem um projeto político unitário: a China, a Rússia, as potências regionais emergentes e os países do Sul Global têm regimes, interesses e estratégias distintos. O que os aproxima não é uma oposição ao capitalismo, mas a busca por maior autonomia, pela diversificação das relações exteriores e pela participação nas decisões internacionais, expressa de modo desigual nos BRICS, na Organização para Cooperação de Xangai, na Iniciativa Cinturão e Rota e nas novas instituições multilaterais de financiamento. Por isso a multipolaridade não é, por si mesma, progressista: abre possibilidades para projetos soberanos, mas também intensifica conflitos e intervenções imperialistas destinadas a preservar posições ameaçadas, e as oportunidades de autonomia coexistem com novas pressões de subordinação. É nesse quadro, de agudização da disputa e sem garantias, que a vitória de Lula precisa ser situada.

20. A análise da conjuntura internacional deve partir da contradição que organiza e condiciona, embora não determine mecanicamente, o movimento das demais. No período atual, ela se estabelece entre o imperialismo e a soberania: de um lado, os Estados Unidos, empenhados em conservar sua posição dominante; de outro, os Estados e as articulações internacionais que reduzem relativamente sua capacidade de organizar unilateralmente a ordem mundial.

21. O campo soberano não é definido por uma identidade política comum, mas pela posição que seus integrantes ocupam nessa contradição. O aspecto principal dessa contradição (o pólo mais forte) segue sendo o imperialismo, que detém os recursos para condicionar ou eliminar projetos soberanos; mas o aspecto secundário já se manifesta como ameaça ao

dominante, e a contradição alcançou o estado de agudização, em que se multiplicam alianças, polarizações e disputas pela direção. O caso das dificuldades enfrentadas pelos EUA e Israel na guerra contra o Irã, provam que já existem, concretamente, condições de resistência frente ao imperialismo.

22. Nesse quadro, a América Latina adquire importância estratégica para Washington como reserva de recursos, mercado e espaço de influência política. Na nossa interpretação, a estratégia da Casa Branca para a região consiste em constituir um sistema de Estados vassalos: governos subordinados, com economias orientadas prioritariamente para as demandas estadunidenses e com menor presença da China. A vassalagem é o momento atual da dependência, em que a subordinação tem como núcleo diretivo o capital tecno-financeiro, como prova a iniciativa de criação do Escudo das Américas[3] em março de 2026. A novidade histórica é a redução da variação de autonomia que o núcleo imperialista tolera: as democracias liberais latino-americanas geraram contradições que a Casa Branca já não aceita, sobretudo porque a multipolaridade lhes permite diversificar parcerias e limitar seu domínio.

23. Os primeiros dias depois da eleição mostram a contradição principal em ato. Donald Trump não parabenizou Lula, disse sem apresentar provas que a eleição "parece ter sido fraudada" e seu governo reteve a nota de reconhecimento do resultado, enquanto Javier Milei não cumprimentou o presidente reeleito. Flávio Bolsonaro, que a princípio não reconheceu a derrota, deixou o país em direção aos Estados Unidos em um jato providenciado pela Casa Branca. Em sentido contrário, a embaixada dos EUA em Brasília registrou em relatório a vitória "definitiva" de Lula, diplomatas tratam Flávio como "página virada" e o próprio Trump disse não querer se envolver depois da carta em que o senador se dizia "líder do Brasil". Lê-se aí uma divisão no aparelho estadunidense entre a contestação, que mobiliza a extrema direita brasileira como instrumento, e o realismo, que reconhece o resultado e preserva a relação com o maior país da região. Trata-se de uma hipótese de leitura, e não de um fato estabelecido, mas ela é coerente com nossa tese: a vitória limita a margem de manobra do imperialismo no continente e, por isso mesmo, tende a intensificar a pressão sobre o Brasil. A vitória de Lula não encerra a disputa com Washington: desloca-a da urna

para o terreno em que a vassalagem se decide, o das tarifas, das finanças, da tecnologia, da legitimidade das instituições ou do conflito militar velado ou aberto.

[3] O Escudo das Américas (oficialmente Coalizão Anticartéis das Américas) é uma iniciativa multinacional de cooperação político-militar lançada pelos Estados Unidos em março de 2026, no segundo mandato de Donald Trump, como o braço operacional da nova Estratégia de Segurança Nacional para o Hemisfério Ocidental. Com sede em Miami, o bloco reúne os EUA e nações latino-americanas alinhadas a Washington — em grande parte lideradas por governos alinhados à direita e à extrema-direita regional, como a Argentina de Javier Milei. Sob a justificativa de combater ameaças transnacionais por meio da classificação de 24 facções (incluindo as brasileiras PCC e Comando Vermelho) como organizações narcoterroristas sujeitas a sanções e uso de força, a aliança baseia-se em uma versão atualizada da Doutrina Monroe para conter a influência econômica e de infraestrutura da China na região, isolando governos de esquerda do continente que resistiram ou foram excluídos da coalizão, como o Brasil e o México.

1.4 A extrema direita como efeito da crise

24. A extrema direita não tem o mesmo conteúdo no centro e na periferia do sistema, e é essa diferença que permite situar o caso brasileiro. Nos Estados Unidos e na Europa, assume um discurso nacionalista-reacionário que articula o descontentamento das classes trabalhadoras com a demanda das frações proprietárias prejudicadas pelo neoliberalismo, como o setor industrial e o da construção civil. Trump é o exemplo: capitalista da construção civil, fala em nome dos trabalhadores empobrecidos pelo "globalismo". Há, portanto, uma agenda nacional, mas dissociada de uma agenda social; para garantir sua base, explora sobretudo uma pauta ultrarreacionária nos costumes, já que, na economia, seus planos pouco dizem sobre a situação material dos trabalhadores. Nos países periféricos, em especial na América Latina, a posição é outra: não há agenda nacional, mas há exploração política do descontentamento gerado pelo neoliberalismo. O discurso não atribui o mal-estar às políticas neoliberais, e sim à experiência dos governos de esquerda que governaram sob sua hegemonia, associando os efeitos da ordem ao programa que procurou limitá-la e transformando os limites impostos a governos reformistas em suposta tentativa de implantar o "comunismo". Nos países centrais, a extrema direita fala em nome da nação sem enfrentar objetivamente a questão social; nas nações periféricas, nem sequer fala em nome da nação, ao contrário, reivindica uma maior submissão.

25. O caso brasileiro confirma que a extrema direita é efeito da crise, e não sua causa, e que a vitória de Lula não a elimina. Flávio Bolsonaro liderou o primeiro turno (47,03% contra 45,16%), perdeu o segundo por margem estreita (48,21%) e o PL fez as maiores bancadas da Câmara e do Senado: o descontentamento que a alimenta segue ativo. É preciso, porém, distinguir duas camadas que o discurso antissistema confunde. No programa e na elite dirigente, a extrema direita periférica é ultraneoliberal: culpa as barreiras impostas pelas forças progressistas ao desenvolvimento pleno do Consenso de Washington, atribui o mal-estar das maiorias a essas forças e à democracia, não ao neoliberalismo, e defende privatizações, redução de direitos e entrega de recursos estratégicos ao setor privado e internacional, essa posição, no entanto, divergente com a da maioria do eleitorado. Essa assimetria explica por que o programa pôde ser abandonado em plena campanha, quando Flávio, depois de cogitar cortes e retomar privatizações, passou a prometer proteção ao Bolsa Família, sem perder a base que o sustenta. Em termos de soberania, é vassala do imperialismo: não tem agenda própria de relações internacionais e valida as prioridades de Washington, do enfrentamento com os BRICS ao acesso estadunidense aos recursos críticos e à atuação irrestrita das big techs no continente. A extrema direita periférica é, assim, uma contestação demagógica que renova as formas de dominação sem romper com as bases do que diz combater: sua função é reproduzir o poder das grandes elites econômicas, não rompê-lo.

26. Podemos agora responder à primeira pergunta. A vitória de Lula se localiza em três níveis do sistema de contradições, e em cada um tem um alcance distinto. No plano estrutural, expressa uma maioria social contra as políticas neoliberais, mas não altera imediatamente a dominância que o neoliberalismo conserva sobre a política econômica e sobre o Estado. No plano mundial, mantém o Brasil na posição de projeto soberano e, nesse sentido, limita a margem de manobra do imperialismo no continente e reforça a multipolaridade. Isso tende a intensificar a pressão da Casa Branca, justamente porque a autonomia que a vitória preserva é a que o núcleo imperialista já não tolera. No plano nacional, o polo democrático vence a disputa pelo Executivo, que é o ponto de condensação da contradição entre democracia e autoritarismo, sem alterar o estado dessa contradição. A vitória é, portanto, um acontecimento no plano dos efeitos: muda a

correlação de forças em cada nível sem alterar as crises estruturais que as produzem, e é por isso que a pergunta seguinte, sobre o interregno brasileiro, não se resolve com a resposta à primeira.

2. CONTEXTO NACIONAL: A VITÓRIA DE LULA E O INTERREGNO BRASILEIRO

27. A segunda pergunta que devemos enfrentar é: como a vitória de Lula interage com o fim da Nova República e o desenvolvimento do interregno brasileiro? Entendemos por interregno o período, aberto por volta de 2014, em que o regime político da Nova República perdeu a capacidade de coordenar os atores e um novo arranjo capaz de fazê-lo ainda não se constituiu. Como nos ensina Gramsci, nesses períodos o velho perde a capacidade dirigente, o novo ainda não nasceu e surgem sintomas mórbidos. As regras formais sobrevivem, as eleições continuam, mas a aceitação dos resultados se torna condicional, as instituições têm sua autoridade permanentemente contestada e a disputa se aproxima de uma lógica de soma zero.

28. Nossa hipótese é que a vitória de Lula derrota o projeto autoritário na disputa pelo Executivo e abre uma nova fase do interregno, não o seu fim: com um governo democrático e um Congresso hostil, nenhuma das condições de um novo regime está dada. Para demonstrá-lo, examinamos a vitória, o que ela resolve e o que não resolve, a correlação de forças e os atores em disputa, e verificamos se existem o modelo econômico, o arranjo político, os atores e a relação com as demandas populares que sustentariam um novo regime.

29. A primeira característica da vitória é ter sido uma virada. Flávio Bolsonaro foi o mais votado no primeiro turno, com 47,03% dos votos válidos contra 45,16% de Lula. No segundo turno, Lula somou 10,4 milhões de votos a mais que no primeiro, enquanto Flávio acrescentou 3,7 milhões, e terminou com 51,79% dos válidos. Avançou sobre Flávio em 96,7% dos municípios e virou o resultado em 211, a maioria no Sudeste e no Sul, e Minas Gerais foi o único estado em que reverteu o resultado; o Nordeste lhe deu

69,37% dos votos válidos. Perdeu o estado de São Paulo (46,15% a 53,8%), mas obteve 55,5% na capital. A abstenção, por sua vez, caiu de 21,08% para 19,22%. A vitória foi, assim, uma vitória de mobilização e de comparecimento, e não de hegemonia: ampliou o voto onde estava menos organizado e preservou a polarização.

30. A virada teve duas frentes, as redes e a agenda material. Nas redes, o canal de WhatsApp "Exército do Lula", criado pelo deputado André Janones em abril com cerca de 50 mil participantes, chegou a 10 a 11 milhões, e depois do primeiro turno quase quarenta vezes seu tamanho em dois dias; a campanha oficial não o havia incorporado antes. A estratégia central foi a redução da abstenção, embora os dados não demonstrem que o canal tenha causado toda a variação, já que influenciadores, atos e outras ações também contribuíram. O terreno foi, ao mesmo tempo, institucional: o presidente do TSE (Nunes Marques) suspendeu a rede e o corregedor derrubou a decisão, e o PT pediu depois a cassação da chapa do PL por "manipulação algorítmica" da Meta. Na agenda material, a PEC do fim da escala 6x1 foi aprovada no Senado antes do segundo turno, em votação que Lula disse estar acordada com Alcolumbre, e o Bolsa Família foi reajustado de R$ 600 para R$ 691. A pauta do tempo de trabalho e da renda foi, assim, o conteúdo da mobilização, e as redes, seu canal: o governo avança quando a sociedade se mobiliza. As ruas, portanto, tiveram um papel fundamental, o Brasil foi tomado por uma jornada de atos públicos em defesa da democracia e em apoio a reeleição de Lula, cuja a participação superou os atos pelas "Diretas Já" (1983-84), e contribuiu para a ativação de milhões de eleitores de Lula, que no 1º turno encontravam-se desmobilizados. O fator mobilização foi crucial, ao mesmo tempo que foi colaborado pela trabalho de rede, alimentou as redes sociais, criando um clima de virada, de resgate do protagonismo do povo na política, isso tudo fora dos planos de mobilização traçados pela coordenação de campanha, que foi pautada e não exerceu de fato a direção dos acontecimentos.

31. A vitória tem, porém, limites. Lula chegou ao primeiro turno com cerca de 3,4 milhões de votos a menos que em 2022; a diferença final foi de 4,4 milhões de votos, estreita para quem governará com um Congresso hostil. Ao mesmo tempo,a maioria que se mobiliza por renda e tempo de trabalho convive com uma maioria conservadora em segurança e valores, e foi na

interseção das duas que Lula venceu. Foi uma vitória por mobilização e por comparecimento, e não por hegemonia: ela decide quem governa, mas não define a direção política da sociedade.

32. O que a vitória resolve é, em primeiro lugar, a direção do Executivo. O campo democrático conserva a Presidência e, com ela, a capacidade de impedir que o Estado seja reorganizado de dentro por um projeto autoritário, o que não é pouco num período em que cada acontecimento menor pode ter consequências desproporcionais. Em segundo lugar, a eleição passou por um teste do regime. Os sinais iniciais de contestação encontraram limites nas próprias instituições: o TSE confirmou o resultado e rejeitou a acusação sobre a retirada de fiscais; o candidato derrotado abandonou o pedido de anulação e passou a falar em cassação da chapa, que é um caminho dentro das regras; o PL reconheceu o resultado e partidos do Centrão, como PSD, MDB, União Brasil e Republicanos, o fizeram antes dele. Figuras da própria direita se recusaram a endossar a tese da fraude: Rogério Marinho disse que nem ele nem o PL podem afirmar que houve fraude, e Tarcísio de Freitas afirmou que a eleição acabou e que as urnas devem ser respeitadas. Isso confirma nossa tese anterior: uma vitória do campo democrático pode conter as iniciativas autoritárias e ampliar o espaço da resistência popular. Ampliar um espaço não é, porém, ocupá-lo, e o que a vitória não resolve é o que define a duração do interregno.

33. O que a vitória não resolve é justamente o que define um interregno. Primeiro, as regras do jogo. A contestação não desapareceu, mudou de canal: da denúncia de fraude passou ao pedido de cassação da chapa e à deslegitimação permanente do adversário, e a aceitação da derrota segue condicional, ainda que as instituições tenham resistido. Segundo, a lógica de soma zero, que já não se limita à política e desce ao cotidiano: a tentativa de locaute dos transportes em diversas cidades com objetivo de impedir que os eleitores chegassem aos locais de votação é prova disso, é prova que o golpismo segue sendo um expediente da extrema-direita, e também em atos de violência banal com o caso de um estudante agredido durante um ato pró-Lula em Santos que morreu depois de transferido para São Paulo. A divisão política deixou de ser apenas uma disputa por cargos e passou a organizar relações do dia-a-dia. Terceiro, a Presidência não é o regime. O governo reeleito dispõe da iniciativa e da máquina administrativa, mas não

do Congresso, e as mudanças que dependem de emenda constitucional exigem 308 votos na Câmara e 49 no Senado, o que obriga a negociar com o Centrão sem poder ignorar a oposição organizada. Um presidente reeleito pode ver seu programa bloqueado e sua legitimidade desgastada por quem controla as demais instâncias, como já aconteceu. Vencer a eleição preserva posições; estabilizar um regime exige que os atores voltem a compartilhar expectativas sobre as regras e os limites da disputa, e nada indica que isso esteja ocorrendo.

34. O que a vitória também não resolve é a pergunta sobre o modelo econômico que sustentaria um novo regime. A Nova República, na maior parte da sua vigência, se apoiou no tripé macroeconômico neoliberal, e os governos petistas aplicaram, dentro dele, o que chamamos de melhorismo: inclusão pelo consumo, pelo emprego e pela transferência de renda. Esse motor dá sinais de esgotamento. O consumo deixou de ser motor do PIB e o crescimento caminha em um nível ainda muito restrito diante das demandas do país. O governo reeleito se vê, assim, entre três modelos, nenhum plenamente disponível. O neoliberal conserva a dominância, mas perdeu o consenso. O melhorista esbarra em seus limites fiscais e de capacidade produtiva. O de investimento e política industrial tem bases institucionais (a Nova Indústria Brasil, o BNDES, a Petrobras), mas exige financiamento e um horizonte que o impasse sobre o tamanho do ajuste fiscal e a escolha do ministro da Fazenda ainda não definiram. Sem um modelo de acumulação que combine as demandas da maioria com a reprodução do capital produtivo, não há base material para um novo regime, e o interregno se prolonga como administração de impasses.

35. A correlação de forças que o governo reeleito encontra é a de um sistema de vetos cruzados, e não a de uma simples minoria parlamentar. O PL terá 121 deputados e 28 senadores (as fontes divergem em um nome no Senado), enquanto a federação PT-PCdoB-PV elegeu 88 deputados, segundo a Fundação Perseu Abramo, e o PT terá dez senadores, os partidos de esquerda e centro-esquerda conta 124 deputados e 15 senadores. Nenhum campo tem maioria própria nas duas Casas, e o poder de decisão se concentra no centrão e em quem preside as casas. Por isso, o primeiro teste é a eleição das Mesas de 1º de fevereiro. Lula comunicou a Hugo Motta e a Davi Alcolumbre que o PT apoiará a recondução de ambos, o que o aproxima

da engrenagem que condicionou seu governo; o PL avalia lançar Sóstenes Cavalcante na Câmara e no Senado a direita se divide entre Rogério Marinho, do PL, e Tereza Cristina, do PP, o que abre a possibilidade de a base governista reeleger Alcolumbre. A direita, por sua vez, rejeitou trocar o apoio a ele por um plano de indulto a Bolsonaro e prioriza a redução de penas. A correlação de forças no parlamento não é, portanto, um placar de cadeiras, mas um jogo em que o Centrão e a presidência das Casas decidem o preço de cada votação, e o governo só o reduz com mobilização social.

36. Por sua vez, os atores políticos estão em reconfiguração. No polo autoritário, a derrota e fuga de Flávio abre uma disputa sobre quem representa a extrema direita no Brasil. Uma leitura possível é a divisão em dois núcleos: um radical, no exterior, e outro que procura se apresentar como moderado, no país. Neste último competem Tarcísio de Freitas, reeleito governador de São Paulo, que passou a falar em pacificação e a afirmar que a eleição acabou, e Michelle Bolsonaro, eleita senadora pelo Distrito Federal, que reivindica o espólio do sobrenome; na Câmara, a articulação passa por Nikolas Ferreira, que teve mais de 3 milhões de votos, e por Sóstenes Cavalcante. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse que ninguém aprovou a carta de Flávio e que Jair Bolsonaro não sabia da saída do filho, o que sugere um esforço de desvinculação.

37. No polo democrático, o PT segue como único ator com densidade eleitoral, mas a vitória reforça a dependência de uma liderança que fez a sua última eleição e que é produto de um ascenso de massas que não existe hoje. A sucessão não está resolvida: Fernando Haddad foi derrotado por Tarcísio em São Paulo, e a Frente Ampla perdeu quadros de peso, já que Marina Silva e Simone Tebet ficaram fora do Senado. Entre os trabalhadores, a mobilização por renda e tempo de trabalho convive com a desconfiança em relação às organizações que a representam. Há, portanto, energia social sem forma organizativa correspondente, o que nos devolve a pergunta: a energia social que a campanha mobilizou se converterá em organização capaz de disputar a direção do próximo regime, ou será apenas um acontecimento isolado, que se encerra com as eleições?

38. Temos disputas imediatas que irão testar o governo. O primeiro é o fundo público, e nele, além do ajuste, a reforma tributária: o TCU propõe

alíquota de 11,3% para a nova contribuição de 2027, acima do esperado, o que obriga empresas a rever planos e põe a distribuição da carga na pauta antes da posse. O segundo é a energia e o petróleo, em que a Petrobras lidera os leilões de áreas e garantiu R$ 3,2 bilhões ao governo, e a confirmação de petróleo no Amapá reabre a discussão sobre quem controla e como se usa a renda. O terceiro é a regulação das plataformas, que o Congresso eleito ameaça frear, e isso é um aspecto importante, a regulação digital é onde a soberania de que falamos se joga em termos de dados, infraestrutura e poder de agenda. O quarto é a segurança pública, cuja PEC o presidente do Senado adiou para depois da eleição a fim de evitar a disputa sobre a maioridade penal, e que volta como pauta de maioria.

39. O calendário já estabelecido indica definições importantes para a conjuntura. Em 3 de novembro, as eleições de meio de mandato nos EUA medem o fôlego do trumpismo e o grau de interesse de Washington no caso brasileiro; em janeiro, a posse e a montagem do ministério, com remanejamentos e o desafio de abrigar aliados derrotados; em fevereiro, as Mesas e a nova legislatura. No Judiciário, os pedidos de impeachment de ministros do STF e a decisão sobre a soltura de Bolsonaro, que o presidente do TSE e do STF disse que levaria ao plenário depois do segundo turno, serão um teste da capacidade das instituições de reagir.

40. A resposta à segunda pergunta é que a vitória de Lula não encerra o interregno, e sim o desloca para uma nova fase. Um novo regime precisaria responder a quatro questões, e nenhuma tem hoje resposta pronta. A primeira é o modelo econômico: não pode ser o neoliberalismo em crise, mas tampouco há, por ora, um modelo de acumulação que combine as demandas da maioria com a reprodução do capital produtivo. A segunda é o arranjo político: o governo democrático convive com um Congresso hostil e com um Centrão que decide o preço de cada votação, sem que haja um pacto de regras compartilhado entre os atores principais. A terceira são os próprios atores: a polarização desorganizou os campos, a direita se recompõe sem direção definida e o polo democrático depende de uma liderança sem sucessão, cuja mobilização de massas ainda não encontrou forma organizativa. A quarta é a relação do novo regime com as demandas populares, que a vitória confirma como centrais (renda, tempo de trabalho, proteção) sem que haja ainda um arranjo estável que as processe. O que a

campanha tornou visível é que o povo, em sua maioria, não aceita o neoliberalismo; o que a conjuntura mostra é que essa recusa ainda não tem veículo político, base material nem direção que a convertem em um regime estável. O governo reeleito dispõe de legitimidade, de iniciativa e de um mandato claro, mas, como o próprio presidente disse na noite da vitória, não escolheu o Congresso com que governará, e é com ele que terá de negociar. Porém, está provado que se ocorrer mobilização, é possível conquistar avanços em temas com forte maioria social, como provou o projeto aprovado que pôs fim à escala 6x1. A forma como o campo democrático responder a essa situação decidirá se a nova fase será a de uma recomposição defensiva da ordem anterior, que preserva espaços e prolonga a instabilidade, ou a de uma disputa pela construção de outra ordem. Sem as respostas a essas quatro questões não há estabilização possível; o interregno continua, com o mesmo caráter de instabilidade , porém com novas condições de luta criadas com o resultado eleitoral de outubro.

3. HIPÓTESES PARA OS PRÓXIMOS MESES

41. As hipóteses a seguir não são previsões fechadas, mas tendências condicionadas por variáveis políticas, econômicas, institucionais e internacionais, e devem ser revistas à medida que a conjuntura se mova.

HIPÓTESE 1: A contestação da legitimidade do resultado seguirá como instrumento político do bolsonarismo, dentro e fora do país. Como as regras formais se mantêm, mas a aceitação do resultado é condicional por parte dos perdedores, é provável que o tema sirva de mobilização do núcleo bolsonarista mais radical, e poderá ser usado como instrumento de chantagem diplomática por Trump se assim o convier.

HIPÓTESE 2: O Congresso condicionará o governo a partir da eleição das Mesas. O resultado de 1º de fevereiro definirá a distribuição de comissões e o ritmo de pautas como a segurança pública e os pedidos de impeachment no STF.

HIPÓTESE 3: A economia será o principal terreno de desgaste. A sensibilidade do câmbio e dos juros longos, somada ao esgotamento do consumo como motor, tende a fazer do ajuste fiscal e do nome da Fazenda os primeiros sinais de como o governo se portará, se apostará em uma mudança de chave, ou permanecerá com os atuais compromissos com o setor financeiro.

HIPÓTESE 4: A extrema direita entrará em disputa interna. A saída de Flávio abriu uma disputa de sucessão que reúne governadores, senadores e deputados, que passaram à guerra civil pela liderança.

HIPÓTESE 5: A mobilização da campanha só se tornará reascenso se ganhar organização. O Exército do Lula e a juventude mobilizada são energia social sem forma organizativa correspondente; convertê-las em ação coletiva duradoura é um desafio que nenhum dos atores políticos de esquerda está à altura no momento.

HIPÓTESE 6: A pressão estadunidense sobre a soberania brasileira continuará e se deslocará das eleições para o terreno econômico e diplomático.

42. O que mais informa sobre a fase do interregno, porém, não é nenhuma dessas hipóteses isoladamente, e sim se alguma das quatro condições de um novo regime começa a ter resposta: o modelo econômico, o arranjo político, os atores ou a relação com as demandas populares. Enquanto nenhuma delas se definir, o desfecho do interregno continua em aberto e a instabilidade é o estado normal do período. Resta ao campo popular e sindical o desafio de converter a maioria que se mobilizou em organização, capaz de disputar o sentido do novo regime.
